

*Teses e dissertações do Programa de Pós-Graduação  
em História, Política e Bens Culturais  
do CPDOC/FGV defendidas em 2013*

---

*Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais*

*Do “guarda-pó” ao jaleco azul, caminhos de uma Escola Profissional: sua construção e seu impacto sobre os egressos.*

Aline Rocha

Defesa: 26/03/2013

Banca: Helena Bomeny (orientadora), Américo Freire (PPHPBC/ CPDOC),  
Libânia Nacif Xavier (UFRJ) e Verena Alberti (PPHPBC/CPDOC)

Resumo: O estudo tem com tema central recuperar a memória associada às relações, trajetórias e modos de vida de ex-alunos e sua instituição escolar de formação profissional: o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca- Cefet-RJ. O objetivo é resgatar sociologicamente a influência deste espaço de ensino, à luz da percepção dos egressos de seus cursos técnicos das décadas de 1960 e 1980. Buscou-se, assim, realizar uma análise com o intuito de desvendar significados que a instituição tem na vida de alguns de seus alunos

### *Teses e dissertações do Programa de Pós-Graduação*

egressos. O trabalho foi feito a partir de entrevistas com ex-alunos com a finalidade de estabelecer pontos em comum e/ou divergentes no que diz respeito à formação que receberam; à influência da escola em suas escolhas profissionais e/ou pessoais; à constituição de suas carreiras; à leitura que fazem das mudanças ocorridas na instituição até os dias de hoje e ainda à forma como a escola está presente em suas memórias. A investigação procurou evidenciar aspectos do cotidiano escolar no período em que cada aluno entrevistado estudou; algumas peculiaridades sobre o funcionamento e o andamento dos cursos na época, e ainda as lembranças de personagens que contribuíram para a construção da história e da memória da instituição.

#### *Projetos de memória e imagem institucional: um estudo de caso do Banco Itaú*

Manuela Bezamat

Defesa: 26/03/2013

Banca: Luciana Quillet Heymann (orientadora), Mônica Kornis (PPHPBC/CPDOC), Joelle Rouchou (FCRB) e Verena Alberti (PPHPBC/CPDOC)

Resumo: Fenômeno que tem sofrido um crescimento considerável nas últimas décadas, a constituição de projetos de memória empresarial se insere em um panorama mais amplo de valorização do passado na sociedade contemporânea, caracterizada pela “febre da memória”. Parte de um expediente que tem como objetivo final fortalecer a identidade e a imagem dessas instituições entre seus funcionários e o público mais amplo, essas iniciativas têm gerado diferentes produtos e linhas de ação, sendo inicialmente vinculadas às áreas de marketing e comunicação, mas mostrando sinais de profissionalização e ampliação dos seus horizontes. O presente estudo tomou como objeto de análise o projeto memorial do Banco Itaú, criado em 2003, buscando compreender a natureza dessa iniciativa e as representações de “arquivo”, “legado” e “tradição” acionadas. Além disso, buscou-se analisar de que maneira o projeto reforça e atualiza a “vocação” cultural do Banco, legitimando, por meio do acervo e de uma série de iniciativas, o discurso corporativo acerca do investimento nas artes, na ciência e na cultura.

#### *A descoberta do meio ambiente: Itatiaia e a política brasileira de parques nacionais*

Marcio Mota Pereira

Defesa: 18/03/2013

Banca: Lucia Lippi (orientadora), Dulce Pandolfi (PPHPBC/CPDOC), Adauto José Gonçalves de Araújo (ENESP/FIOCRUZ) e Mario Grynszpan (PPHPBC/CPDOC).

Resumo: O trabalho tem por objetivo compreender como se deu a política de criação de parques nacionais no Brasil. Para tanto é feita à luz da história uma retrospectiva das atividades econômicas que mais culminaram em prejuízos ambientais no país, assim como um sucinto levantamento dos instrumentos estabelecidos, cada um à sua época, enquanto responsáveis pela redução ou mesmo pela retratação desses danos. Entre esses instrumentos são citados os parques nacionais, uma das várias qualidades de unidades de conservação estabelecidas enquanto metodologia responsável por diminuir o avanço exploratório sobre um bioma específico. A dissertação se conclui com uma análise dos motivos que justificaram a inserção do primeiro parque nacional brasileiro na região Serra da Mantiqueira. O Parque Nacional do Itatiaia, criado durante o primeiro governo do Presidente Vargas e estrategicamente localizado entre as maiores cidades do país, apresentava-se ao mesmo tempo como um espaço de preservação ambiental e de deleite de veranistas, servindo à salvaguarda biota e ao lazer. Foi modelo para as outras seis dezenas de parques nacionais que fazem parte de nossas unidades de conservação e continua chamando a atenção pela beleza cênica e pela diversidade ambiental que protege.

*A experiência de gestão do Projeto Rio 2016*

Juliana da Silva Gonçalves

Defesa: 26/04/2013

Banca: Mario Grynszpan (orientador), Marcio Grijó Vilarouca (PPHPBC/CPDOC), João Felipe Sauerbronn (UNIGRANRIO) e Dulce Pandolfi (PPHPBC/CPDOC).

Resumo: O objetivo da pesquisa é analisar a experiência de gestão e operacionalização do Projeto Rio 2016, direcionando as observações para a comparação entre a elaboração e planejamento da política pública e sua real operacionalização. Foram observados documentos que organizam conceitualmente o projeto, o que favoreceu o entendimento sobre a forma como seus gestores percebem e orientam tal política pública. A partir da extração de argumentos de fundamentação da política de tais documentos, foram analisadas as distorções entre o discurso teórico apresentado e sua efetivação no campo prático. As estratégias de operacionalização e gestão apresentadas, somadas à observação do cotidiano de desenvolvimento do projeto permitiram identificar as principais dificuldades de

implementação da política encontradas pela equipe de coordenação e as falhas oriundas do processo como um todo, o que deu base à produção de sugestões para a adequação e potencialização da política em análise.

*“Rio como fomos”: políticas culturais de 2001 a 2012*

Bruna G. Leite de Carvalho

Defesa: 19/04/2013

Banca: Lucia Lippi (orientadora), Américo Freire (PPHPBC/CPDOC), Lia Calabri (FCRB) e Mariana Cavalcanti (PPHPBC/CPDOC).

Resumo: O trabalho pretende compreender os principais aspectos da gestão cultural implementada pela Secretaria Municipal de Cultura da cidade do Rio de Janeiro (SMC) no período de 2001 a 2012, refletindo sobre o papel do poder público na atualidade, através da análise de matérias de jornais e entrevistas com alguns dos principais atores envolvidos nesse processo. Concomitantemente, examinou-se o trabalho proposto pelos secretários que comandaram a pasta nesse período, identificando as diretrizes de suas políticas culturais assim como seus principais projetos. Pretendeu-se compreender também como as diretrizes e metas dos planejamentos estratégicos da Prefeitura (2004, 2009 e 2012) interferiram no tipo de política cultural estabelecida, e como essa política auxiliou na criação da representação da cidade que será sede de um megaevento como as Olimpíadas de 2016. Ao final, são mostradas as semelhanças entre os discursos empregados pelos gestores da SMC e entre seus projetos e escolhas.

*Blocos: vozes e percursos da reestruturação do Carnaval de Rua no Rio de Janeiro*

Maria Teresa Guilhon Barros

Defesa: 12/04/2013

Banca: Mariana Cavalcanti (orientadora), Américo Freire (PPHPBC/CPDOC), Beatriz Jaguaribe de Mattos (ECO/UFRJ) e Julia Galli O'Donnell (PPHPBC/CPDOC).

Resumo: O foco do trabalho é o projeto de criação e desenvolvimento do protótipo de um espaço virtual que reúne e organiza informações sobre o Carnaval de rua carioca. A celebração do Carnaval nas ruas do Rio de Janeiro, apesar de ser uma antiga tradição da cidade, passou nos últimos 20 anos por um processo de expansão e reestruturação, chegando aos dias atuais, em que a festa mobiliza milhões de foliões. Os blocos fundados em meados de 1980, e principalmente nos anos 1990, compartilharam símbolos e valores ligados à identidade carioca, à

brasilidade e à resistência cultural, lidando com um universo de enorme riqueza, que dialoga com a evolução urbana e o contexto político, além de questões como globalização, consumo, circulação, inclusão, cidadania, memória, e outras. Registrar a memória desse momento de redescoberta e contribuir para o levantamento de fontes de pesquisa ligadas a esse “novo” Carnaval de rua foram as principais motivações que levaram à investigação.

*A reinvenção da ação profissional no programa interdisciplinar de apoio às escolas municipais do rio de janeiro: um estudo de caso de duas equipes.*

Luciana Braga Palma

Defesa: 27/05/2013

Banca: Cláudio Pinheiro (orientador), Dulce Pandolfi (PPHPBC/CPDOC), João Paulo Macedo e Castro (DFCS/UNIRIO) e Luciana Quillet Heymann (PPHPBC/CPDOC).

Resumo: O estudo pretende analisar e documentar a atuação profissional de assistentes sociais, professores e psicólogos no Programa Interdisciplinar de Apoio às Escolas Municipais do Rio de Janeiro, através do estudo de caso de duas equipes interdisciplinares em duas unidades escolares. Neste percurso foi possível observar se havia correlação entre a escolha da unidade para atuação e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

*A lei de incentivo como política cultural: o papel da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura.*

Maíra Lopes Costa

Defesa: 09/09/2013

Banca: Mario Grynszpan (orientador), Mônica Kornis (PPHPBC/CPDOC), Lia Calabri (FCRB) e Fernando Weltman (PPHPBC/CPDOC).

Resumo: A lei de incentivo à cultura é um mecanismo que visa aumentar o investimento no setor, porque confere à esfera privada o direito de aplicar parte do valor de seu imposto de renda em projetos culturais. Desta forma, abre-se espaço para um investimento maior do que aquele que dependesse apenas do orçamento federal ou da doação do setor privado. Sabendo que a Lei Rouanet, como é chamada, é uma iniciativa do Estado para aumentar os recursos para a cultura, este trabalho busca compreender de que maneira o incentivo faz parte de uma política pública mais abrangente. A lei de incentivo está inserida na política cultural do Estado? Ou é simplesmente uma forma de patrocínio indireto?

to sem objetivos específicos? A lei é usualmente criticada por deixar com o setor privado a decisão sobre a alocação dos recursos. Entretanto, considerando todo o processo de incentivo fiscal, o Ministério da Cultura está presente na fase de análise dos projetos que buscam patrocínio, através de técnicos pareceristas e da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC). Seria a aprovação de projetos uma forma de correlacionar o incentivo privado às políticas ministeriais? A CNIC seria, então, uma instituição atuante na política cultural brasileira? Essas são as questões que o trabalho busca responder. Com isso, proponho um estudo que analise a influência da CNIC nos patrocínios culturais incentivados. O foco é o olhar dos próprios atores sobre seu trabalho, buscando compreender se estes percebem a Comissão como uma instituição que possibilita a interferência do Ministério nos investimentos feitos através da lei de incentivo.

*Mestrado Acadêmico de História, Política e Bens Culturais*

*A conquista do povo: Notícias Populares e a oposição ao governo João Goulart*

Larissa Raeli Cestari

Defesa: 25/03/2013

Banca: Marly Motta (orientadora), Américo Freire (PPHPBC/CPDOC),  
Andrea Casanova Maia (IFCS-UFRJ) e Angela de Castro Gomes  
(PPHPBC/CPDOC).

Resumo: A dissertação tem como tema mais amplo o movimento político de oposição ao governo João Goulart (1961-64) promovido pela elite liberal paulista, que englobava ao mesmo tempo segmentos do empresariado e lideranças políticas filiadas à União Democrática Nacional (UDN). Para entender esse movimento, elegi como objeto de estudo o jornal *Notícias Populares*, criado em 1963 como parte das estratégias empreendidas por Herbert Levy, empresário paulista, e à época presidente nacional da UDN, contra o governo Goulart. O jornal era voltado para leitores oriundos das classes populares urbanas de São Paulo. O objetivo da dissertação é compreender o papel desempenhado por *Notícias Populares* na luta política do período, o que implica também analisar a percepção dos setores representados por Herbert Levy sobre o papel das classes populares no início dos anos de 1960.

*Parc Royal: um magazine na modernidade carioca.*

Marissa Gorberg

Defesa: 06/03/2013

Banca: Helena Bomeny (orientadora), Mônica Kornis (PPHPBC/CPDOC), Maria Claudia Coelho (UERJ), Mylene Mizrahi (UFRJ) e Luciana Quillet Heymann (PPHPBC/CPDOC).

Resumo: O estudo versa sobre o Parc Royal, uma loja de departamentos que existiu no Rio de Janeiro entre 1873 e 1943. A pesquisa foi delimitada por um recorte temporal que abrange o período da *belle époque* (1898-1914) e os anos 1920, quando ocorreu um complexo processo de transformações nas esferas da moda, do comércio, da comunicação, das sociabilidades, em pleno curso da modernidade urbana. Vislumbramos o objeto da presente dissertação como pretexto que permite entrever questões mais amplas, tais como a adoção de padrões estrangeiros de civilidade, a disseminação da cultura das aparências e do consumo de bens icônicos, a evolução da indumentária e do arquétipo feminino. Como opção metodológica, contemplamos a análise das representações construídas na publicidade do magazine, em anúncios publicados em diversos periódicos da época. Sob o comando do imigrante português José Vasco Ramalho Ortigão, a atuação do Parc Royal é analisada como um veículo para o entendimento da lógica de funcionamento de parte da sociedade do Rio de Janeiro no início do século XX, desvelando a adoção de valores, usos e costumes que expressavam os interesses de um determinado grupo social.

*O poder pelo mar: a indústria de construção naval militar no Brasil a partir da política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek (1956- 1961)*

Misael Henrique

Defesa: 27/03/2013

Banca: Celso Castro (orientador), Marly Motta (PPHPBC/CPDOC), Sabrina Evangelista Medeiros (UFRJ/EGN) e Américo Freire (PPHPBC/CPDOC).

Resumo: O trabalho tem o objetivo de analisar os reflexos da política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, que por meio de dispositivos legais implantou a indústria de construção naval no Brasil, e os desdobramentos dessa política na construção naval militar, tendo o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ) como representante desse processo. O Brasil é levado a uma mobilização de desenvolvimento baseado na industrialização e nesse sentido vale enfatizar três aspectos importantes. Os dois primeiros são as medidas do governo JK na indústria naval, e como elas se refletiram no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro. Outro aspecto é o momento histórico dos anos 1950 vivenciando o palco da guerra fria entre Estados Unidos (EUA) e União Soviética (URSS), que traz desdobramentos a partir de acordos militares entre os EUA e seus aliados, estando o acordo Brasil e

EUA inserido nesse contexto. A implantação da indústria de construção naval militar no país na segunda metade da década de 1950 trouxe repercussões significativas na área militar naval, sobretudo nos anos 1970, quando a Marinha brasileira recuperou sua capacidade de projetar e construir navios de guerra modernos.

*A Bancada da Bola no Legislativo carioca: concepções, evidências e estratégias de uma representação singular.*

Thiago Moreira

Defesa: 15/03/2013

Banca: Américo Freire (orientador), Paulo Fontes (PPHPBC/CPDOC), Victor Andrade de Melo (UFRJ) e Bernardo B. Buarque de Hollanda (PPHPBC/CPDOC).

Resumo: O objetivo do trabalho é analisar a atuação de vereadores ligados à Bancada da Bola no quadriênio 2008-2012, bem como examinar a interface desses parlamentares com torcidas organizadas de futebol. A partir de um aparato teórico-metodológico marcado pela multidisciplinaridade, procura-se mostrar o contexto social e político em que emerge esse tipo de liderança, suas plataformas de campanha, os padrões de votação e os projetos políticos característicos dos representantes eleitos. De outro lado, o estudo privilegia as reivindicações, concepções e estratégias presentes no intercâmbio entre as partes. O diagnóstico sugerido discute questões mais amplas envolvendo temas que relacionam os campos do futebol e da política. Justifica também a consideração de matérias como o impacto do sistema eleitoral na popularização do arquétipo do parlamentar brasileiro, a responsabilidade dos vereadores a suas bases, a conformidade dos padrões de votação e o desempenho dos mandatários e o comportamento eleitoral no Brasil.

*A “caixa-preta” versus o “controle demagógico”: os discursos dos favoráveis e dos contrários à criação do CNJ.*

Tatiana de Souza Castro

Defesa: 02/04/2013

Banca: Christiane Jalles de Paula (orientadora), Mario Grynszpan (PPHPBC/CPDOC), Leandro Molhano Ribeiro (Direito Rio/FGV) e Américo Freire (PPHPBC/CPDOC).

Resumo: O trabalho investiga os discursos dos que se posicionaram contra ou a favor da criação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), um dos itens previstos na reforma do Judiciário que tramitou no Legislativo por quase 12

anos. Sustentamos que essa tramitação perdurou por tanto tempo devido à falta de consenso quanto a diversos itens previstos na reforma, sendo a criação de um órgão de controle do Judiciário o principal deles. Dessa forma, consideramos que esse consenso foi estabelecido por meio de negociações entre os atores envolvidos, como pode ser notado nos discursos analisados. Portanto, analisamos os discursos mobilizados por diversos atores que utilizaram a mídia – especificamente os jornais – para lançar esse tema na esfera pública e produziram um debate público em torno da criação de um órgão de controle do Judiciário no período de 2003 e 2004. Esse debate se refletiu na atuação de vários atores e na tramitação da reforma no Senado. A atuação discursiva dos favoráveis e contrários ao controle do Judiciário é tida, portanto, como disputa por espaços de poder, que permitiu aos diversos atores construir consensos sobre o que aprovar e rejeitar no caso da reforma do Judiciário. Um dos pontos acordados foi a criação do Conselho Nacional de Justiça, que acabou aprovado

*Ditadura, arquivo e memória: notas para um estudo sobre o caso Organização Política Operária (POLOP).*

Aline Camargo Torres

Defesa: 06/05/2013

Banca: Luciana Heymann (orientadora), Angela de Castro Gomes (PPHPBC/CPDOC), Maria Paula Nascimento Araújo (IH/UFRJ) e Dulce Pandolfi (PPHPBC/CPDOC).

Resumo: A dissertação discute o processo de construção social dos arquivos e sua vinculação com a produção e difusão de narrativas memoriais, partindo da análise de um caso específico – a construção da memória da Política Operária (Polop) e a produção de um arquivo histórico da organização por parte de seus antigos militantes. Busca-se evidenciar como esse arquivo é produzido material e discursivamente pelo grupo, assim como pelas instituições custodadoras, pelos profissionais de arquivo e pelas políticas públicas voltadas para o setor, que também exercem influência sobre a configuração adquirida por essas fontes históricas. Tomado, assim, menos como fonte e mais como objeto da investigação, o arquivo é compreendido como parte de um contexto de revisão memorial e historiográfica do período do regime militar (1964-1985), no qual adquire importância renovada. Deslocando-se o foco do conteúdo informacional dos arquivos em direção ao papel que desempenham enquanto matéria para a construção de novas narrativas históricas, busca-se problematizar a construção dessas fontes e entender como elas adquirem legitimidade como chaves de interpretação do passado.

*Entre a ação legislativa e o constrangimento político: o Conselho Municipal do Distrito Federal (1921-1930).*

Thais Lopes Silva

Defesa: 20/05/2013

Banca: Américo Freire (orientador), Marly Motta (PPHPBC/CPDOC), Surama Conde Sá Pinto (UFRRJ) e Angela de Castro Gomes (PPHPBC/CPDOC).

Resumo: O trabalho tem como objetivo central analisar a dinâmica política da capital federal, através da atuação do Conselho Municipal do Distrito Federal, nos anos de 1920. Partindo da ideia de que a década em questão foi assinada por profundas transformações e efervescência política, busca-se perceber como o Legislativo carioca operou politicamente. Além de elucidar a relação estabelecida entre os principais poderes municipais no período – os intendentess e os prefeitos – identificamos o contexto político-partidário da época; destacamos os principais posicionamentos assumidos pelo Conselho frente a determinadas conjunturas-chave da política nacional, e lançamos luz sobre a heterogeneidade do Legislativo local nos anos 1920. Para cumprir este propósito, a pesquisa se estrutura a partir dos Anais do Conselho Municipal, do Boletim da Prefeitura, do Regimento Interno do Conselho e da imprensa carioca, através do jornal *Correio da Manhã*.

*Vitória na derrota: Álvaro Alberto e as origens da política nuclear brasileira.*

Leandro Batista da Silva Pereira

Defesa: 27/08/2013

Banca: Matias Spektor (orientador), Fernando Weltman (PPHPBC/CPDOC), Carlo Patti (PUC/Rio) e Elena Lazarou (PPHPBC/CPDOC).

Resumo: Os primeiros anos da política nuclear brasileira, entre 1945 e 1956, é o assunto tratado no presente trabalho. Aqui procuramos compreender as razões por trás da vitória de Álvaro Alberto na CPI da Questão Nuclear de 1956, na qual as suas propostas para o setor foram valorizadas e restabelecidas, mesmo após o almirante ter sofrido derrotas durante o governo Café Filho (1954-55), quando foi exonerado da presidência do CNPq e teve a sua política atômica suspensa. O trabalho conclui que a vitória foi possível graças ao fato de suas diretrizes para a área nuclear terem ressonância junto a diversos setores da sociedade brasileira adeptos do monopólio estatal sobre os recursos naturais e de um desenvolvimento científico e tecnológico em bases autônomas; além de uma conjuntura política excepcional no início do governo de Juscelino Kubitschek,

marcado por forte polarização política, na qual o assunto nuclear ganhou projeção nacional. Com sua vitória na CPI de 1956, Álvaro Alberto logrou definir os termos do debate sobre a política a ser adotada na área atômica pelos anos e décadas seguintes.

*As teias de uma rede: uma análise do programa Cultura Viva*

Deborah Rebello Lima

Defesa: 27/09/2013

Banca: Mario Grynszpan (orientador), Lia Calabri (co-orientadora - FCRB), Lucia Lippi (PPHPBC/CPDOC), Luiz Augusto F. Rodrigues (UFF) e Luciana Quillet Heymann (PPHPBC/CPDOC).

Resumo: O trabalho propõe-se analisar o escopo de desenvolvimento do Programa Cultura Viva, uma política pública de cultura desenvolvida pelo Ministério da Cultura do Brasil desde 2004. O objetivo é vislumbrar em que medida esta ação dialoga com características presentes na agenda contemporânea de investimento em ações culturais, buscando compreender elementos da relação que se estabeleceu entre Estado e grupos sociais nos mais diversos períodos de atividades. Desta forma, o trabalho é centrado em três esforços principais: o de buscar fazer um desenho ampliado do contexto do Programa e entender esta recolocação da cultura no cenário mais atual das políticas públicas, almejando delinear as características que influenciaram a mudança de abordagem; o segundo esforço é o de entender mais a fundo os elementos de base do Cultura Viva em si; por último é proposto um acompanhamento historiográfico da relação construída entre os partícipes da política e o governo (bases para a reflexão sobre o diálogo entre governo e grupos sociais), analisando o desenvolvimento das atividades a partir de 2004 (por meio do acompanhamento dos encontros nacionais – as Teias).

*Doutorado em História, Política e Bens Culturais*

*Linguagens da cidadania: os brasileiros escrevem a Constituinte de 1988*

Maria Helena Versiani

Defesa: 25/03/2013

Banca: Angela de Castro Gomes (orientadora), Luciana Quillet Heymann (PPHPBC/CPDOC), Ana Luce Girão Soares de Lima (Fiocruz), Maria Paula Nascimento Araújo (UFRJ), Surama Conde Sá Pinto (UFRRJ) e Américo Freire (CPDOC).

Resumo: A tese analisa uma amostra de cartas pessoais que integram o fundo documental Coleção Memória da Constituinte, depositado no Arquivo Histórico do Museu da República. Esse fundo reúne documentos produzidos no curso do processo político que resultou na promulgação da atual Constituição Federal brasileira. O Brasil vivenciava um momento de transição democrática, que tinha por objetivo pôr fim ao regime autoritário instalado no país a partir do golpe civil-militar de 1964. A reconstitucionalização colocava-se como a via democrática de luta contra o autoritarismo, recebendo forte e crescente apoio social e tornando-se inclusive um ponto-chave na articulação da eleição indireta de Tancredo Neves e José Sarney para a presidência e vice-presidência da República em 1985. Com a eleição e morte de Tancredo, Sarney assume a presidência e propõe oficialmente a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte no país. Tem início um intenso debate na sociedade e negociações em torno do tipo de Constituinte que se desejava estabelecer, com destaque para a organização de um amplo e bem estruturado movimento social em prol da participação popular na Constituinte, então aclamada como uma condição para a construção de um Brasil verdadeiramente democrático. As cartas analisadas inserem-se no quadro das iniciativas de participação na Constituinte empreendidas no país. Elas foram escritas por populares, em razão daquele momento de reconstitucionalização, e enviadas a autoridades do mundo da política. Registram reivindicações, pedidos, comentários, críticas, denúncias e sugestões da população para a futura Constituição. O objetivo da tese é, por um lado, demonstrar que essas cartas são formas de participação popular singulares e especiais, que valorizam a dimensão democrática da política. Por outro lado, pretende-se identificar os sentidos atribuídos nas cartas às noções de “direitos do cidadão” e “deveres dos representantes políticos”, naquele momento em que o país se colocava a tarefa de elaborar uma nova Constituição – a “Constituição Cidadã”.

*EXTRA! EXTRA! Os jornaleiros e as bancas de jornais como espaço de disputas pelo controle da distribuição da imprensa e da economia política dos meios.*

Viktor Chagas

Defesa: 22/03/2013

Banca: Fernando Weltman (orientador), Bernardo B. Buarque de Holanda (PPHPBC/CPDOC), Luís Felipe Miguel (UnB), Alessandra Aldè (UERJ), Afonso de Albuquerque (UFF), Américo Freire (PPHPBC/CPDOC) e Marco Roxo (UFF).

Resumo: Parafraseando Robert Ezra Park, os jornaleiros têm uma história; mas os jornaleiros têm, ainda, uma história natural. A evolução do modelo

de distribuição e comercialização de publicações impressas, que culmina nas modernas bancas de jornais, aponta para o tratamento de licenças e concessões para a operacionalização de uma atividade comercial em espaço público urbano. As bancas se constituem, portanto, em um espaço regulado pelo poder público e operacionalizado por iniciativa privada, a título precário. Por que se chegou a este modelo e quais as suas implicações é uma das principais questões abordadas por este trabalho. Entre outros pontos, esta tese tem como objetivo compreender (1) em que medida políticos e homens públicos são capazes de atuar na regulação da liberdade de imprensa através do controle e fiscalização sobre as bancas de jornais; (2) como se dão as articulações dos profissionais vendedores e distribuidores de jornais e revistas diante destas regulações, quais são suas reivindicações comuns e como é construída sua memória em torno destas ações; (3) em que circunstâncias se desenvolvem as negociações entre jornalheiros e homens de imprensa e como estas relações são capazes de ampliar a penetração de determinados impressos junto ao público, atuando de maneira decisiva na conformação da opinião pública; e, finalmente, (4) qual a importância dos jornalheiros e das bancas de jornais e revistas no processo histórico de construção política da opinião sobre a notícia e na apreensão social da informação nas grandes cidades. Nesse sentido, embora evidenciado pelo modelo atual de distribuição adotado pelas principais cidades do país, o papel dos jornalheiros como agentes de fundamental relevância cultural e política na cadeia produtiva dos periódicos impressos tem sido subjugado ante análises que se concentram nas técnicas ou no discurso jornalístico, quando muito nas cercanias dos estudos de recepção e na apropriação da cultura popular – jamais na investigação sobre esta instituição que silenciosamente tem ocupado nosso imaginário por todos esses anos: as bancas de jornais e revistas.

*“Em Luto e Luta: construindo a memória da FEB”*

Patrícia da Silva Ribeiro

Defesa: 22/03/2013

Banca: Angela de Castro Gomes (orientadora), Celso Castro (PPHPBC/CPDOC), Américo Freire (PPHPBC/CPDOC), Daniel Aarão Reis (UFF), Francisco César Alves Ferraz (UEL), Verena Alberti (PPHPBC/CPDOC) e Jorge Luiz Ferreira(UFF)

Resumo: O trabalho procura investigar como se configura atualmente o campo da disputa memorial sobre a participação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) durante a Segunda Guerra Mundial. Para isso, foi preciso levar em conta não apenas os sujeitos políticos que atuam nesse processo – entre outros:

Estado, Exército, Associações de veteranos e sociedade – como também as flutuações e apropriações de memória das quais estes se valem. As memórias traumáticas que os veteranos guardam do episódio ganham voz através das diversas modalidades da escrita de si – com destaque para os diários, as correspondências e entrevistas – e remetem à noção do dever de memória na luta por reparação e reconhecimento.

*A formação para as relações etnicorraciais e a profissionalização em história: saberes e práticas no contexto da educação à distância.*

Maria Claudia Cardoso

Defesa: 27/08/2013

Banca: Verena Alberti (orientadora), Angela de Castro

Gomes(PPHPBC/CPDOC), Helena Maria Bomeny (PPHPBC/CPDOC),

Cláudia Miranda(UNIRIO), Amilcar Araujo Pereira (UFRJ), Renato

Nogueira (UFRRJ) e Américo Freire (PPHPBC/CPDOC).

Resumo: A pesquisa analisa a experiência de formação em história, na modalidade a distância, de professores-leigos da educação básica dos estados do Ceará, Bahia, Maranhão e Sergipe, contemplados pelo Programa Pró-Licenciatura II, financiado pelo Ministério da Educação graças ao consórcio firmado entre a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e Universidade do Estado do Rio de Janeiro entre os anos de 2006 e 2010. O objeto do estudo foi a aplicabilidade da Lei nº 11.645/08, antes Lei nº 10.639/03, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, ao instituir a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena em todos os estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio do país, públicos e privados. Há uma produção significativa de estudos que relacionam educação e relações etnicorraciais, porém são escassos os trabalhos voltados para a formação inicial e/ou continuada de professores. Quais disciplinas são oferecidas? Como o tema aparece no currículo? Como os licenciandos e professores lidam com a obrigatoriedade da lei? Como ocorrem a produção e a mobilização dos saberes, assim como as práticas sobre esse tema? Qual o nível de comprometimento com o tema? – essas foram algumas das questões que nortearam a pesquisa. As respostas foram orientadas pelas contribuições de Maurice Tardif sobre os saberes docentes, amparadas em metodologia de estudo de caso que utilizou entrevistas semiestruturadas, questionários, análises das aulas-texto produzidas pelos formadores, do ambiente online da disciplina e dos documentos formais que organizaram o curso e instituíram a citada lei. A investigação revelou um esforço dos docentes formadores e dos professores-cursistas em se munir de saberes e

práticas concernentes aos temas da lei; por outro lado, alguns fatores impuseram limites à profissionalização, como a modalidade a distância, o desconhecimento sobre o tema e a disponibilidade de tempo dos professores-cursistas.

*Minha alma canta/ vejo o Rio de Janeiro: a Zona Sul carioca entre crônicas e canções.*

Vicente Saul Moreira

Defesa: 03/09/2013

Banca: Lucia Lippi (orientadora), Helena Bomeny (PPHPBC/CPDOC), Celso Castro (PPHPBC/CPDOC), Marcos Napolitano de Eugênio (USP), Isabel Lustosa (FCRB), Bernardo B. Buarque de Holanda (PPHPBC/CPDOC) e Frederico Coelho (PUC-Rio).

Resumo: A tese aborda o processo de valorização da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro através de canções que enfocaram esse espaço e de crônicas, especialmente as publicadas no livro *O Rio de Janeiro em prosa & verso*, organizado por Manuel Bandeira e Carlos Drummond de Andrade. Para dar conta das complexas relações entre música e cidade, entre produção literária e cidade, o trabalho foi organizado em cinco capítulos. No primeiro capítulo, enfoquei as comemorações do IV Centenário da Cidade do Rio de Janeiro em 1965, o carnaval daquele ano dedicado à efeméride e algumas publicações motivadas pelo evento. No segundo, tratei da ocupação do espaço urbano carioca denominado Zona Sul, especialmente através das crônicas contidas no livro citado acima. O capítulo seguinte evidenciou a importância das boates, bares, cassinos e demais espaços de sociabilidade cultural na Zona Sul carioca como lugares de formação e de vivência artística, onde eram tramadas importantes redes de solidariedade e filia. No quarto capítulo foram apresentadas algumas canções que priorizaram a cidade do Rio, as representações líteromusicais da Zona Sul, especialmente Copacabana, um dos bairros cariocas mais priorizados por esse acervo. Por fim, mostrou-se como a Bossa Nova foi um momento indelével para o debate da identidade cidadina carioca e sua projeção internacional e como o Rio foi apresentado pelas letras das canções.